

Termo de Referência 31/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
31/2025	200380-SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - AC	ROSSICLEIA FERREIRA CAMPOS	08/07/2025 15:22 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	47/2025	08220.000899/2025-44

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de ração canina para atender a necessidade dos cães de faro da SR/PF/AC (órgão gerenciador) e órgãos participantes, nos termos das tabelas abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	454130	Aquisição de Ração canina seca Super Premium ou superior, indicada para cães adultos de raças grandes. MARCA DE REFERÊNCIA: ROYAL CANIN, igual ou melhor qualidade.	Kg	6.420	R\$ 26,98	R\$ 173.211,60

Observação: Os critérios detalhados de qualidade, exigência de amostras e marcas de referência a serem adotados para análise e julgamento da proposta estão definidos no **item 4 – Requisitos da Contratação** deste Termo de Referência, o qual deverá ser rigorosamente observado pelos licitantes.

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgãos e entidades participantes:

Item	Órgão / UASG (participantes)	Requisição mínima total (KG)	Requisição máxima total (KG)	Número SEI	Local de entrega	Telefone/E-mail
	GERENCIADOR - SR/PF/AC - UASG 200380	315	450	08220.000899/2025-44	Rodovia BR-364, nº 3501 - Pedro Roseno, Rio Branco /AC, CEP 69915-630	(68) 3212-1242 / 1221. @pf.gov.br.
	1 - SR/PF/RS -	300	990	08430.004671/2025-	Av. Paraná, nº 975 - Bairro São Geraldo,	(51) 3235-9363 / 999.996.928.

1	UASG 200372			58	Porto Alegre/RS, CEP 90.240-600.	felipe.fjbc@pf.gov.br.
	2 - SR/PF/AM - UASG 200382	540	720	08240.005065/2025-97	Avenida Domingos Jorge Velho, nº 40, Conjunto Dom Pedro II, Bairro Planalto, CEP 69.042-470, Manaus/AM	(92) 3655-1572 numat.sellog.sram@pf.gov.br
	3 - SR/PF/PR - UASG 200366	3200	3.300	08389.004224/2025-18	Superintendência de Polícia Federal no Paraná. Av. Paraná, nº 3471, Bairro Jardim Polo Centro - Foz do Iguaçu /PR - CEP 85.863-720; CANIL-NEPOM - Av. Sete Quedas, nº 55, Guaiara/PR - CEP 85.980-390.	(45) 3576-5500 / 5689 fernando.fbmj@pf.gov.br; luciano.lb@pf.gov.br
	4 - SR/PF/RN - UASG 200394	420	600	08420.003526/2025-79	Superintendência de Polícia Federal no Rio Grande do Norte. Rua Dr. Lauro Pinto, nº 155, Bairro Lagoa Nova - Natal/RN - CEP 59.064-250.	(84) 3402-5739 / 3742 cpl.sellog.srrn@pf.gov.br
	5 - CMDO/2ª BDA - INF SL/AM - UASG 160515	315	360	64308.005581/2025-61	Comando da 12ª Região Militar - Av. Coronel Teixeira, nº 6155, Bairro: Ponta Negra, Manaus/AM - CEP 69.037-000.	

1.1.2. Em caso de divergência entre a descrição e a especificação constantes do Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT) e do presente Termo de Referência, prevalecem as últimas.

1.2. O bem objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O **prazo de vigência** da contratação é de **12 meses** contados da assinatura do Termo de Contrato, **prorrogável por até 10 anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que sua necessidade é permanente e contínua para todos os órgãos, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a otimização e celeridade dos fluxos e procedimentos de contratações anuais, desafogando os setores de compras e licitações com a repetição da demanda apresentada, bem como evitando eventuais interrupções do fornecimento.

1.5. O custo estimado total (gerenciador + participantes) da contratação é conforme custo apostado na tabela acima.

1.6. O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. O fornecimento do gênero será sob demanda do setor solicitante, e variáveis durante a vigência do contrato.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “B”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025 do órgão gerenciador, conforme detalhamento a seguir:

- **ID PCA no PNCP:** 00394494000136-0-000007/2025;
- **Data de publicação no PNCP:** 26/04/2024;
- **Id do item no PCA:** 171;
- **Classe/Grupo:** 8710 - FORRAGENS E ALIMENTOS;
- **Identificador da Futura Contratação:** 200380-47/2025.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025 dos órgãos participantes com os identificadores da futura contratação, conforme detalhamento a seguir:

1 - SR/PF/RS - UASG 200372 - Identificador PCA: 200372- /2025
2 - SR/PF/AM - UASG 200382 - Identificador PCA: 200382- /2025
3 - SR/PF/PR - UASG 200366 - Identificador PCA: 200366- /2025
4 - SR/PF/RN - UASG 200394 - Identificador PCA: 200394 - /2025
5 - CMDO/2ª BDA - INF SL/ AM - UASG 160515 - Identificador PCA: /2025

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Os produtos terão que atender aos padrões de qualidade, sendo embalados e lacrados.

3.3. O fornecimento contínuo engloba a entrega, sob demanda, de ração canina para cães adultos de grande porte da categoria "super premium".

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos no Estudo Técnico Preliminar, devem ser observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Quanto a aquisição de Ração Canina para cães adultos de grande porte da categoria "super premium" a serem adquiridos, serão exigidos, no que couber, os seguintes critérios de sustentabilidade:

4.1.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.1.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.1.3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.1.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.2 A comprovação do disposto no item e subitens anteriores poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

4.3 A presente aquisição tem que atender as condições de sustentabilidade descritas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União, publicado no sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União;

Indicação de marcas ou modelos

4.4. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

- a. Royal Canin
- b. PremieRpet
- c. Guabi Natural
- d. Fórmula Natural
- e. GranPlus
- f. Biofresh
- g. Magnus

4.4.1. Esclarece-se que **a indicação das marcas acima tem caráter meramente referencial e visa garantir o padrão de qualidade do objeto contratado**, nos termos do art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

4.4.2. **Serão aceitas outras marcas desde que comprovadamente apresentem qualidade igual ou superior às aqui referenciadas**, conforme critérios técnicos de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

4.4.2.1. Vedação à Marcas Reprovadas

4.4.2.1.1. Fica vedada a contratação de **marcas ou produtos que tenham sido objeto de reprovação por órgãos oficiais de controle de qualidade**, como MAPA, ANVISA, Inmetro ou laboratórios acreditados, **em decorrência de análises que identifiquem a presença de matérias estranhas, impurezas acima do limite permitido, resíduos de agrotóxicos, ou quaisquer condições que tornem o produto impróprio para o consumo dos cães.**

4.4.2.1.2. A recusa também se aplica a marcas constantes em **relatórios técnicos, notas de fiscalização ou autos de infração emitidos por órgãos públicos**, que tenham identificado **lotes contaminados**,

adulterados ou em desacordo com os padrões de pureza e segurança alimentar exigidos por norma específica.

4.4.2.1.3. A comprovação poderá se dar por meio de laudos laboratoriais, publicações oficiais, relatórios de análise pública ou boletins de fiscalização.

4.1.3. Da exigência de carta de solidariedade

4.1.3.1. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

4.1.4. Subcontratação

4.1.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.5. Garantia da contratação

4.1.5.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:

4.1.5.1.1. Tendo em vista que o objeto da contratação não é com cessão de mão de obra e não há complexidade na presente licitação, além disso a entrega dos gêneros será em conformidade com a demanda da Instituição, não comprometendo o cumprimento das obrigações.

4.1.5.1.2. A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

4.1.5.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.5. Critérios para Amostragem e Avaliação Técnica da Qualidade

4.5.1. Caso a marca apresentada não apresente as informações mínimas especificadas acima, será exigida amostra de 500g por item ofertado, a ser entregue em até 72h após a solicitação para análise sensorial e físico-química.

4.5.2. As amostras apresentadas serão avaliadas com base nos seguintes parâmetros, de forma a garantir a qualidade mínima esperada, **sem prejuízo à ampla participação de fornecedores:**

Aspectos Físico-Químicos (Análise Bromatológica)

Serão analisados os seguintes componentes, com base nos valores declarados no rótulo e nos limites usuais de mercado para rações premium:

- **Proteína bruta:** valor mínimo recomendado de 23%
- **Extrato etéreo (gordura):** valor mínimo recomendado de 10%
- **Matéria fibrosa:** valor máximo recomendado de 4%
- **Matéria mineral (cinzas):** valor máximo recomendado de 8%
- **Umidade:** valor máximo recomendado de 12%

Obs.: será considerada a conformidade geral dos níveis com os valores garantidos no rótulo e a legislação vigente. Pequenas variações poderão ser aceitas, desde que justificadas tecnicamente e sem prejuízo nutricional.

Avaliação Sensorial e Aceitação pelos Cães

- **Aparência:** ração com cor e formato homogêneos, sem presença visível de partículas estranhas, mofo ou odor alterado.
- **Odor:** aroma típico de ração seca, sem cheiro rançoso ou desagradável.
- **Textura:** crocância compatível com o tipo de produto, sem ser excessivamente dura ou esfarelenta.
- **Tolerância:** não apresentar sinais evidentes de intolerância nos animais (vômito, diarreia) durante o período de observação. *Se algum efeito for observado, a amostra poderá ser reavaliada sob supervisão técnica.*

Embalagem

- **Integridade:** embalagem original e lacrada, em boas condições de conservação.
- **Informações obrigatórias:** rótulo contendo composição, níveis de garantia, lote, data de fabricação e validade, conforme exigência legal.

Conformidade Legal

- **Registro no MAPA:** o produto deve estar devidamente registrado no Ministério da Agricultura ou dispensado de registro, conforme legislação aplicável.
- **Responsável técnico:** identificação do responsável técnico na embalagem ou na documentação apresentada.

Importante:

A avaliação será conduzida com foco na qualidade mínima aceitável. A constatação de não conformidade grave ou incompatibilidade com os parâmetros exigidos poderá implicar no **não aproveitamento da amostra** para fins de homologação, **resguardado o contraditório e a possibilidade de reapresentação, se viável dentro do cronograma do certame.**

4.5.3. A critério da Administração, poderá ser exigido **laudo laboratorial bromatológico e análise de aflatoxinas** (fungos *Aspergillus flavus* e *A. parasiticus*), com limite máximo de **20 ppb**, método ELISA, cujos custos correrão por conta do fornecedor.

4.5.4. A não conformidade com quaisquer dos parâmetros exigidos, seja em rótulo, embalagem, composição ou laudo, ensejará a reprovação da amostra e desclassificação do licitante, sem prejuízo das sanções administrativas previstas.

4.5.5. Poderá ser dispensada a exigência de amostra nos casos em que o produto, da mesma marca, especificação e composição, tenha sido fornecido ao órgão gerenciador nos últimos **12 meses**, com desempenho satisfatório atestado em relatório técnico.

4.5.6. Marcas reprovadas por laudos oficiais, autos de infração, ou por conterem impurezas, contaminantes ou desvios de composição, conforme MAPA, ANVISA, Inmetro ou laboratórios acreditados, serão **sumariamente desclassificadas**.

4.5.7. Será aceita a apresentação de laudo técnico ou, alternativamente, a comprovação dos dados constantes em rótulo original e legível, desde que cumpridos todos os requisitos legais.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é em até 30 (**trinta**) dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento emitida por fiscal do contrato, em remessa única ou parcelada para cada ordem de fornecimento.

5.1.1. A previsão de frequência de fornecimento é a constante no Anexo I-A - Estudo Técnico Preliminar, tratando-se de estimativa apenas, a ser confirmada através das ordens de fornecimento emitidas.

5.1.2. A entrega será **parcelada em até 03 (três) vezes ao ano**, conforme **Tabela** do Estudo Técnico Preliminar, considerando o espaço físico do setor de estoque para este fim.

5.2. No caso de produtos perecíveis, como é o caso da ração canina, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **05 (cinco) dias** de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues nos endereços da **Tabela 1.1.1.** deste Termo de Referência.

5.5. O transporte deverá ser realizado de forma adequada para o tipo específico de matéria-prima, cumprindo exigências a Portaria Ministerial 326 de 30/07/1997, CVS 5 de 09 de abril de 2013 e RDC 216 de 15 de setembro de 2004, não poderão estar em contato direto com o chão do veículo, necessitando conter pallets ou estrados, em material apropriado, não sendo permitido madeira nem o transporte conjunto com animais ou outros materiais que possam comprometer a qualidade do produto.

5.6. A qualidade dos gêneros deverá ser atendida conforme as especificações contidas nos requisitos da contratação.

5.7. Caso a qualidade dos produtos entregues não corresponda às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, bem como desobedeça às normas legais específicas vigentes, não serão recebidos e/ou aceitos pela administração e serão devolvidos, mediante registro comprovando sua inaceitabilidade, devendo ser substituído no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

5.8. Todas as despesas de frete, embalagens, impostos, encargos incidentes deverão ser incluídos no preço da proposta e, em hipótese alguma, poderão ser destacadas quando da emissão de Nota Fiscal/Fatura.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.9. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9.1. A Ração entregue deverá ter, no mínimo, **12 (doze) meses de validade restante** a partir da data de entrega.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “F”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (*caput* do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim (§2º do art. 44 da IN nº 5, de 2017).

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (*caput* do art. 45 da IN nº 5, de 2017).

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (*caput* do art. 45 da IN nº 5, de 2017).

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (*caput* do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

Fiscalização técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (inciso VI do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (inciso II do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022);

6.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (inciso III do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (inciso IV do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (inciso V do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (inciso VII do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (incisos I e II do art. 23 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (inciso IV do art. 23 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.2. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.8.2.1. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, identificando falhas ou defeitos durante a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das ocorrências;

6.8.2.2. Anotar em registro próprio todos os acontecimentos verificados em não conformidade com a execução contratual, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as devidas providências.

6.8.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (inciso IV do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (inciso III do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (inciso II do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (inciso VIII do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (inciso X do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (inciso VI do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. O recebimento definitivo dos bens será realizado mediante verificação técnica e administrativa, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência e com base no **Checklist de Verificação de Recebimento**, que será utilizado como instrumento formal de conferência e avaliação. O recebimento somente será atestado após análise da conformidade do item entregue em relação às especificações exigidas, considerando aspectos como tipo, qualidade, validade, apresentação e demais características técnicas previstas, incluindo laudo de pureza e qualidade quando aplicável.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do §2º do art. 7º da Instrução Normativa Seges/ME nº 77, de 2022.

7.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e

f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.25.1. Não serão admitidas cessões de crédito não fiduciárias.

7.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Reajuste

7.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12/05/2025.

7.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “H”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado e continuado.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.14. A participação de empresas reunidas em consórcio não se mostra adequada para o presente pregão, tendo em vista que a natureza do objeto – fornecimento contínuo de ração canina de padrão super premium – exige **padronização de marca, origem, embalagem e qualidade**. A execução por múltiplas empresas consorciadas comprometeria a uniformidade do produto, gerando variações indesejáveis e afetando diretamente a satisfação dos órgãos participantes.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico – Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.24.1. Caso não tenha data de vigência expressa na Certidão, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias após a emissão.

8.24.2. Caso a certidão apresente data de vigência expressa pelo Cartório Distribuidor, essa prevalece sobre o subitem anterior (8.24.1).

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.25.1. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um):

$$\begin{array}{rcl}
 & & \text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo} \\
 \text{LG} = & \frac{}{} & \\
 & & \text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante} \\
 \\
 & & \text{Ativo Total} \\
 \text{SG} = & \frac{}{} & \\
 & & \text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante} \\
 \\
 & & \text{Ativo Circulante} \\
 \text{LC} = & \frac{}{} & \\
 & & \text{Passivo Circulante}
 \end{array}$$

8.25.2. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação OU valor total estimado da parcela pertinente;

8.25.3. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

8.25.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.25.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§1º do art. 65 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.25.7. No caso de licitante enquadrado como **Microempreendedor Individual (MEI)**, nos termos do **art. 966 c/c art. 980-A do Código Civil** e da **Lei Complementar nº 123/2006**, a exigência de capital mínimo ou patrimônio líquido será flexibilizada, considerando-se:

- a **natureza jurídica simplificada** e o **limite de faturamento anual reduzido do MEI**;

- a **presunção legal de capacidade econômica limitada** do microempreendedor, compatível com contratações de pequeno porte.

8.25.8. Nesses casos, **poderá ser exigida apenas a demonstração de capacidade operacional mínima compatível com a parcela a ser executada, vedada a exigência de patrimônio líquido ou capital mínimo que inviabilize sua participação** de forma desproporcional, nos termos do art. 5º, inciso II da LC nº 123/2006.

Qualificação Técnica

8.26. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional, quando for o caso;

8.26.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.26.1.1. Emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento anterior de produto similar em quantidade e características compatíveis com o objeto da contratação.

8.27. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.28. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.29. Documentos complementares (caso necessário)

• **Comprovação do registro do estabelecimento fabricante da ração junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)**, devidamente válido e atualizado, conforme exigência da legislação vigente.

• **Comprovação do registro do produto (ração) no MAPA**, por meio da apresentação do número de registro correspondente.

• **Caso o produto seja isento de registro, deverá ser apresentada declaração formal de isenção**, acompanhada do **Relatório Técnico de Produto Isento (RTPI)**, emitido por profissional legalmente habilitado, conforme normas aplicáveis.

Importante:

Se a embalagem original da ração apresentada na proposta contiver, de forma legível e completa, todas as informações exigidas acima (registro do estabelecimento e do produto ou declaração de isenção e RTPI, quando aplicável), a Administração poderá considerar tais dados como suficientes, dispensando a apresentação de documentação complementar.

Disposições gerais sobre habilitação

8.29. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.30. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.31. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.32. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.33. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. Estimativas do Valor da Contratação

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O **custo estimado total** da contratação é de R\$ 173.211,60 (cento e setenta e três mil, duzentos e onze reais e sessenta centavos), **conforme custo unitário aposto** na tabela contida no item 1.1.

9.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. Considerando que se trata de contratação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), a **adequação orçamentária será providenciada e disponibilizada conforme a necessidade de contratação futura**, observando-se a existência de saldo orçamentário no momento da emissão da respectiva nota de empenho, em conformidade com a legislação vigente e os princípios da responsabilidade fiscal.

11. Infrações e Sanções Administrativas

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos, ou ao interesse coletivo;

- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1 **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.3. **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.3. Multa:

11.3.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

11.3.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

11.3.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.3.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

11.3.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

11.3.5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

11.3.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

11.3.7. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

11.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.10. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.11. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.11.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.11.1.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.11.1.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.11.1.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.11.1.4. Os danos que dela provierem para o Contratante; e

11.11.1.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. Anexo I - Termo de Ciência

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

13. Anexo II - Checklist de Verificação

Checklist de Verificação de Recebimento – Ração Canina (Super Premium)

DADOS DO RECEBIMENTO

Data de recebimento: // _____
Nº da Nota Fiscal: _____
Quantidade entregue: _____
Nº da Ordem de Fornecimento: _____
Nome do Fiscal: _____

1. EMBALAGEM E IDENTIFICAÇÃO

- ☐ Embalagem de **15kg** (ou conforme especificado no contrato)
- ☐ Selada, sem sinais de violação ou umidade
- ☐ Material resistente e higiênico (laminado, sem papelão exposto)
- ☐ Rótulo com todas as seguintes informações:
- ☐ • Indicação de uso específico: **ração canina**
- ☐ • Categoria: **Super Premium**
- ☐ • Marca e nome comercial do produto
- ☐ • Número do lote e data de fabricação
- ☐ • Validade mínima de 6 meses a partir da entrega
- ☐ • Peso líquido
- ☐ • Instruções de uso e conservação
- ☐ • Composição básica e garantia de nutrientes
- ☐ • Registro no Ministério da Agricultura (MAPA)

2. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E NUTRICIONAIS

- ☐ Produto com **alta digestibilidade** (mínimo 85%)
- ☐ Proteína bruta mínima: **26%** (ou conforme edital)
- ☐ Fonte de proteína **animal como primeiro ingrediente**
- ☐ Presença de aditivos benéficos (ômega 3/6, prebióticos etc.)
- ☐ Ausência de corantes e aromatizantes artificiais
- ☐ Não contém transgênicos (se exigido em edital)
- ☐ Informações nutricionais conforme especificações do TR
- ☐ Produto **sem odor forte ou sinais de umidade** interna

3. CONFORMIDADE LEGAL E DOCUMENTAL

- ☐ Registro no MAPA (Ministério da Agricultura) válido
- ☐ Laudo técnico de composição (nutricional) fornecido
- ☐ Certificação de qualidade (se exigida no contrato)
- ☐ Conformidade com normas da ANVISA e MAPA
- ☐ Declaração de origem e rastreabilidade (se aplicável)

4. CONDIÇÕES DE ENTREGA

- ☐ Transporte adequado (embalagens íntegras, sem sujeira)
- ☐ Produto não esteve em contato direto com o solo
- ☐ Chegada dentro do prazo e no endereço correto
- ☐ Quantidade entregue conforme a ordem de fornecimento
- ☐ Produto armazenado corretamente no local de entrega

5. DECISÃO DO FISCAL

- () Recebimento provisório aprovado
() Recebimento definitivo aprovado
() Produto rejeitado (motivo): _____

Assinatura do Fiscal: _____

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ITALO DE SOUZA CAMPELO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 08/07/2025 às 13:08:58.

ROSSICLEIA FERREIRA CAMPOS

Equipe de apoio

Despacho: Aprovo o Termo de Referência para aquisição de ração canina, conforme justificativas e critérios técnicos apresentados, com fundamento na legislação vigente.

CARLOS ROCHA SANCHES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 08/07/2025 às 15:22:59.